

PUCViva

N.º 565 - 13/3/2006

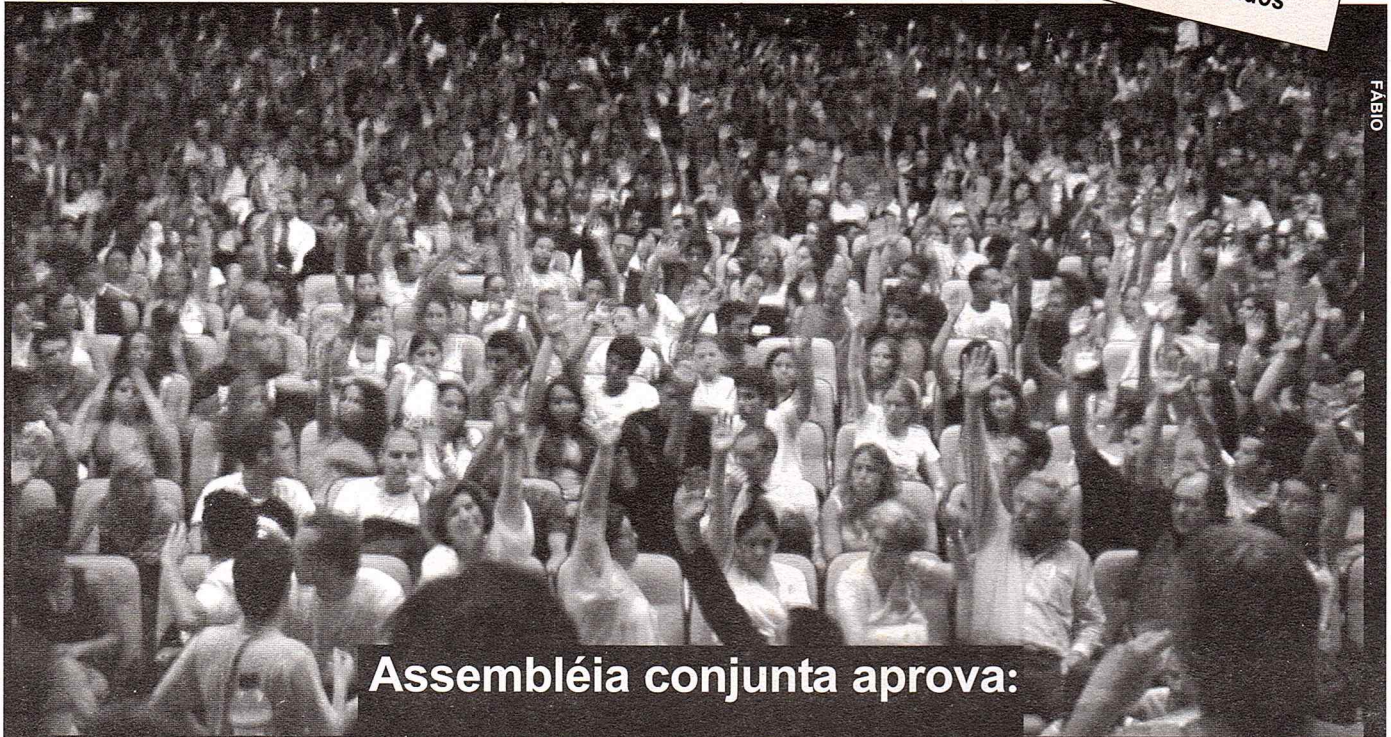
Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Consun define posição
sobre demissões

*

Continua a
solidariedade
aos demitidos



FABIO

Assembléia conjunta aprova:

Contra todas as demissões e a intervenção da Fundação São Paulo

O Tuca foi pequeno para uma platéia de mais de mil professores, funcionários e estudantes que se reuniram na quinta-feira, 9/3, para debater a crise da PUC-SP. Além da manutenção do indicativo de greve, para ser discutido na próxima assembléia conjunta, marcada para terça-feira, 14/3, foram aprovadas as bandeiras encaminhadas em cada uma das assembléias setoriais (veja matéria nesta edição).

A assembléia também foi marcada por um clima de tumulto, causado principalmente por estudantes que seguiam a orientação das diretorias dos centros acadêmicos da FEA e do Direito. Esses estudantes propunham a realização de votações com a identificação de cada votante, para que se evitasse participação de pes-

soas de fora da universidade. Feito o encaminhamento, a assembléia decidiu pela manutenção de um regulamento que previa a votação normal das assembléias, sem que fosse preciso identificar-se. Porém, quando foi votada a aprovação da resolução contra as demissões, o mesmo grupo de alunos insistia em invalidar pela força o regimento da assembléia, quando viram que sua posição favorável às demissões seria derrotada.

O questionamento gerou um tumulto que obrigou a mesa a suspender temporariamente os trabalhos. Nesse momento, um diretor do Centro Acadêmico 22 de Agosto pediu que os filiados àquela entidade se retirassem do teatro. Após a saída de parte dos estudantes, a assembléia pôde recomeçar.

Bandeiras

O plenário votou então cada uma das bandeiras de luta aprovadas pelas assembléias setoriais, discutindo o conteúdo de cada uma delas (veja íntegra nas páginas internas). Algumas polêmicas foram registradas, principalmente quanto à estatização da universidade e à readmissão de professores demitidos. Ainda assim, os resultados foram amplamente favoráveis às propostas encaminhadas pelo movimento. Ao final, foi aprovada a manutenção do indicativo de greve a ser discutido na próxima assembléia conjunta, agenda para terça-feira, 14/3, em horário e local a serem confirmados. No início da semana, também deverão acontecer novas reuniões por curso e por setor, para novos encaminhamentos.

Para onde vamos?

A semana passada esteve cheia de fatos e lições. Foi decisiva para enfrentar a intervenção da Fundação e o plano de remodelação mercantil em andamento. Mas não estivemos à altura para reagir à evolução da crise social, política e educacional.

O Conselho Universitário limitou-se a uma resolução jurídica e a uma declaração lírica contrária às demissões feitas pela Fundação. Dessa forma, não se sintonizou com as forças vivas para mobilizar a universidade contra a intervenção. Refletiu os condicionamentos burocráticos da estrutura de poder ocupada por uma parcela docente.

A assembléia universitária que objetivava unir professores, funcionários e estudantes mostrou a presença das forças vivas da universidade. Mas suas limitações foram expostas dramaticamente: escassa presença de professores e funcionários; divisões dilacerantes entre os estudantes; falta de clareza política de parte das lideranças estudantis que encabeçavam a força social mais significativa da assembléia.

Destacou-se a cisão entre os centros acadêmicos de Direito e da FEA com os centros das demais unidades. Não se tratou de conflitos de posições, decididos por meio da democracia da assembléia. A FEA e o Direito atuaram no sentido de quebrar a mobilização em curso contra a intervenção e as demissões. Conseguiram golpear a democracia da assembléia e levaram sua intervenção perto do choque físico. Bloquearam a discussão e decisão sobre o indicativo de greve.

A acomodação da maior parte dos professores à intervenção e às demissões atuou negativamente sobre o movimento de resistência e favoreceu posições contrárias à luta, como expressaram os centros acadêmicos da FEA e do Direito. É totalmente compreensível o recuo dos funcionários, isolados pelos docentes e golpeados pela demissão em massa. Uma reversão no imobilismo dos professores seria fundamental para os funcionários compreenderem que não há outro caminho para se combater os cortes e a terceirização se não for com a luta coletiva e grevista. Por sua vez, a disposição de luta dos estudantes sensíveis à defesa da autonomia e democracia universitárias – diga-se que se mostraram solidários aos demitidos e dispostos a lutar por uma causa geral dos trabalhadores – não foi suficiente para quebrar a ofensiva da direita pró-intervenção e pró-demissão.

Essa é a situação que nos leva à pergunta: Para onde vamos?

As demissões em massa de professores e funcionários constituem apenas um primeiro passo de um conjunto de medidas que serão impostas o mais rapidamente possível. A Fundação/Igreja não pretende apenas equilibrar as finanças e garantir o pagamento da dívida aos bancos. O objetivo é resgatar a PUC dirigida, sob certa medida, por uma administração eleita diretamente pelos três setores e pelos órgãos colegiados. Certamente, a Cúria avalia que chegou a hora de encerrar um ciclo de vida da PUC, em que foi permitido a uma parcela de professores dirigi-la e mantê-la enquadrada no conceito de "universidade comunitária sem fim lucrativo".

A crise financeira transbordou. Nada melhor do que D. Cláudio Hummes assinar o refinanciamento com os bancos e usar esse fato para assumir a condição de proprietário da PUC. A Reitoria o ajudou a realizar tal operação bancária e política.

Não usou de suas prerrogativas de gestão eleita para convocar os setores a barrar esse caminho que preparou a intervenção. Os órgãos colegiados acabaram por refletir esse processo.

A Fundação contou com o fracasso do pacto de demissão para dizer à reitora e aos órgãos colegiados que não fizeram "a tarefa de casa" e por isso não restava outra solução para a Fundação a não ser tomar o comando da PUC. Foi uma manobra de resgate da universidade bem elaborada pela Fundação, mas que certamente contou com a incapacidade de reação da Reitoria e com a colaboração dos órgãos colegiados com a reitora.

Desarmada a reação institucional, só havia a reação social de professores, funcionários e estudantes. As demissões em massa – que atingiram também notórios nomes de professores por meio de telegramas e sem a anuência da Reitora, segundo seu próprio depoimento – indicaram que se tratava da abertura de um processo de destruição de conquistas democráticas e de mercantilização.

A APROPUC reagiu desde o início a essa armação, mas foi isolada pela maioria dos professores, o que enfraqueceu quase por completo nossa capacidade de resistência. O único instrumento possível de construção de uma saída progressista para a crise e favorável ao trabalho foi mitigado pela maioria. Os aguerridos defensores das demissões em nosso meio e da avaliação para demitir fizeram uma dura investida ideológica contra a Associação.

No plano das posições, a intervenção nos deu inteira razão quanto à não aceitação da via das demissões. A parcela historicamente comprometida com a educação reavivou nossa luta, mas não foi suficiente para quebrar o individualismo e a mentalidade privatista imperante. A Fundação encontrou no campo de batalha uma pequena trincheira, embora solidamente implantada e disposta à luta.

Sem a resistência devida, depois das demissões, a Fundação baixou uma medida que indica muito bem para onde vamos, caso não superemos a passividade colaboracionista e enfrentemos o ataque dos setores mercantilistas. Trata-se da medida de contratação de professores por meio de uma tabela que reduz pela metade os salários. Estamos diante da destruição de nosso contrato de trabalho, da depreciação do valor da força de trabalho e do amesquinamento do ensino.

É preciso superar o ataque da direita à assembléia universitária, avançando a mobilização.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera.

Reportagem: Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e**

editoração eletrônica: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães.

Colaboraram nesta edição: Marta Bispo da Cruz, Priscilla

Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza,

Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da**

Apropuc: 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br.

Telefone da Afapuc: 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de

Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP.

Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br

PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.



FABIO NASSIF

Assembléia aprova bandeiras de luta do movimento

Após acaloradas discussões, a assembléia conjunta de professores, funcionários

e estudantes aprovou as bandeiras de luta do movimento. São elas:

Contra a intervenção da Igreja e da Fundação São Paulo na PUC-SP

Pela autonomia da universidade

Contra todas as demissões de professores e funcionários e pela imediata readmissão de todos

Pela estatização da PUC-SP

Pela abertura imediata dos livros administrativos da PUC-SP

Pela abertura imediata dos editais de bolsas para estudantes

Não ao empréstimo do BNDES à universidade

Contra a intervenção dos bancos na universidade

Que nenhum professor assuma aulas de seus colegas demitidos, nem que sejam contratados novos docentes para ocupar estas vagas

Que o Consun se posicione claramente contra as demissões

Contra a terceirização do trabalho administrativo na universidade

Assembléias dos estudantes reúnem mais de 600 pessoas



No Tucarena estudantes aprovaram propostas para a assembléia conjunta

Na quarta-feira, dia 8/3, estudantes de todos os cursos da PUC-SP compareceram ao Tucarena para debater a crise da universidade. Pela manhã e à noite, foram discutidas as demissões arbitrárias impostas pela Reitoria e a Fundação São Paulo, o caráter ameaçador da intervenção da Igreja na gestão da universidade e quais as ações que o movimento estudantil deve organizar frente à situação vivida.

Durante o período da manhã, cerca de 250 pessoas estiveram pre-

sentes na assembléia. À noite, mais de 500 pessoas disputaram os lugares disponíveis no teatro, que se tornou pequeno frente à mobilização dos estudantes.

Depois de discussões calorosas e, em alguns momentos, agressivas, causadas pelos ânimos exaltados de alguns estudantes, a assembléia votou por diversas ações, algumas delas polêmicas. Dentre elas decidiu-se pelo indicativo de greve, levando esse indicativo para a assembléia dos três setores. Vo-

tou-se também pela organização de um comitê de mobilização estudantil permanente, responsável pela construção de campanhas contra a intervenção, contra os bancos, contra as demissões e pela readmissão dos que foram cortados, pelo estudo de um processo de estatização e pagamento em juízo das mensalidades, entre a organização de outros diversos atos que reforçam a mobilização dos estudantes contra os rumos administrativos da universidade.

Funcionários analisam conjuntura da universidade

A assembléia dos funcionários de 8/3 transformou-se num debate sobre a situação da PUC. Realizado logo após a reunião do Conselho Universitário (veja matéria nesta edição), o encontro serviu para avaliar os rumos categoria para 2006, que vem se desenhando como um ano de sérias ameaças para os funcionários.

O presidente da AFAPUC, Anselmo Antonio da Silva, relatou à assembléia as discussões do Consun sobre as demissões ocorridas depois da intervenção da Fundação São Paulo. O fato de o conselho ter voltado atrás na decisão de barrar expressamente as demissões foi classificado por Anselmo como uma grave manobra. "Que institucionalidade vamos defender? Um Consun que faz o que

fez hoje? Uma reitora que se esconde? Temos que combater Fundação São Paulo e Reitoria, reivindicando eleições gerais", comentou. Para Nalcir Ferreira, membro do Consun, os representantes dos funcionários devem rever sua forma de atuação no conselho, já que lá "a instituição nunca é levada em conta. Apenas os interesses de grupos".

Dissídio coletivo

Anselmo também falou sobre o dissídio coletivo da natureza jurídica requerido pelos sindicatos de funcionários e professores, a pedido da AFAPUC e da APROPUC. Com isso, uma reunião de conciliação dos sindicatos com a Reitoria deve ser convocada pelo Tribunal Regional do

Trabalho nos próximos dias. Medida semelhante foi adotada recentemente pelos trabalhadores da Unicastelo, que conseguiram reverter cerca de 80% das demissões efetuadas pela direção de sua universidade.

Negociação salarial

Em reunião realizada na sexta-feira, 10/3, a Reitoria informou à AFAPUC que só gostaria de negociar o dissídio de 2006, deixando para uma decisão judicial os reajustes de 2004 e 2005.

A entidade dos funcionários aceitou com a possibilidade de uma negociação sem a intermediação da Delegacia do Trabalho, mas os gestores da universidade informaram que aguardam a decisão judicial.

Consun determina a revogação das demissões

Em mais uma polêmica reunião, o Conselho Universitário decidiu em 8/3 determinar a revogação das demissões efetuadas pela Fundação São Paulo. A diferença entre as três propostas votadas aparentemente era sutil, mas guardava traços políticos e jurídicos extremamente distintos.

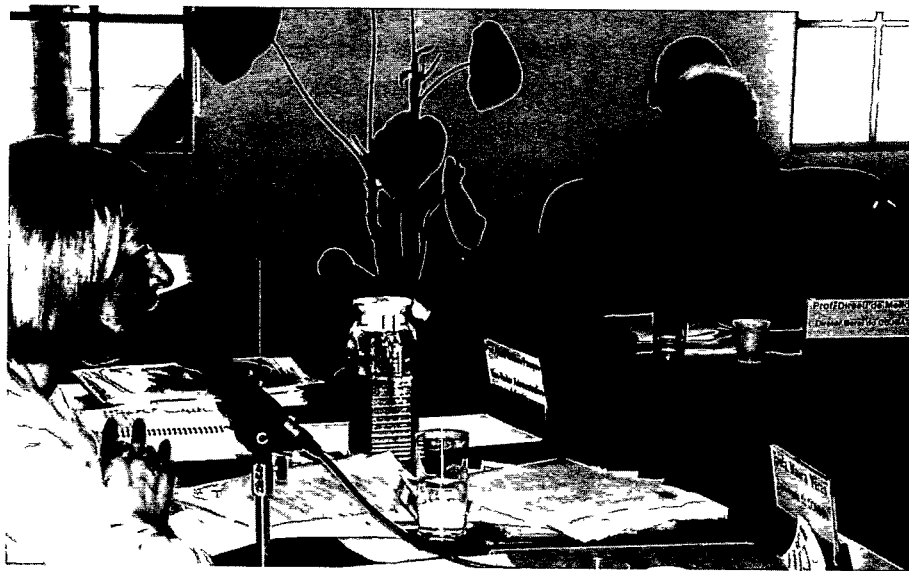
A discussão da decisão de 22/2, que revogava pura e simplesmente as demissões, voltou à discussão à pedido do conselheiro suplente Renato Ruas, que questionava tanto a forma como o conselho deliberou a medida (sem maioria simples) quanto a própria competência do conselho para decidir sobre o assunto.

Após uma longa discussão, decidiu-se pela realização de nova votação, desta vez com segundo turno. Porém, novamente o professor Ruas argumentou que uma decisão que não fosse acatada pela Fundação São Paulo poderia desmoralizar o conselho. O professor escorava-se na CLT e argumentava que o próprio cardeal Cláudio Hummes, na figura de empregador, havia assinado todas as demissões.

O professor Dirceu de Mello, ironizando a fala do conselheiro, disse que nunca havia visto uma defesa tão brilhante da Fundação São Paulo, e que o Consun deveria sim tomar uma posição, pois as decisões violavam os estatutos: A mesma opinião foi externada pela professora Ana Bock, lembrando que o risco da desmoralização não existia e que a decisão dos conselheiros deveria ser um ato de coragem e ousadia.

Votação

Ao final da discussão, as três propostas da assembleia do dia 22/2 resurgiram, mas com diferentes proponentes. A proposta inicial da professora Madalena Peixoto foi mantida, estipulando que "em respeito aos artigos 45, 26, 43 e 32 do Estatuto da



Professores discutem a posição do Conselho Universitário com relação às demissões

PUC, o Consun determina que se revogue as demissões e encaminhe-se à Fundação São Paulo". A proposta foi aceita também pelo professor Dirceu de Mello, que retirou sua formulação inicial.

O professor Renato Ruas propôs que "o Consun recomende à Fundação São Paulo que as demissões devam ser revogadas".

Finalmente, o conselheiro Rodrigo de Souza retomou a proposta do professor Dirceu de Mello, estabelecendo que "o Consun revoga as demissões de professores e funcionários com eficácia imediata, encaminhando-se ao DRH, à Reitoria e à Fundação São Paulo".

Os funcionários questionaram a proposta da professora Madalena, alegando que os artigos do Estatuto citados não contemplavam o corpo administrativo. Por isso, esses conselheiros votaram na proposta agora encampada pelo aluno Rodrigo de Souza.

A primeira votação registrou 10 votos para a proposta da professora Madalena, três para a do professor Renato Ruas, e sete para a de Rodrigo de Souza, com quatro abstenções (todas da Reitoria). Em segundo turno, a proposta da professora Madalena foi

vencedora, com os mesmos dez votos, contra 7 na proposta de Rodrigo e sete abstenções.

A decisão foi encaminhada ao Conselho de Ensino e Pesquisa, para que fossem tomadas novas providências (veja relato nesta edição).

Informações sobre demissões

A professora Ana Bock cobrou da Reitoria que informasse à comunidade os critérios que determinaram as demissões efetuadas pela Fundação São Paulo, e que a Vice-Reitoria Administrativa se posicionasse mais claramente sobre o impacto que as demissões tiveram sobre o déficit da universidade.

Na mesma direção foi a carta distribuída pela APROPUC aos conselheiros. Porém, os presentes ficaram frustrados pois, ao final da votação sobre as demissões, em função da saída de alguns conselheiros, a professora Maura Vêras encerrou a reunião. A reitora informou também que, dos 110 recursos recebidos contra as demissões, cerca de 36 foram acatados, mas que a Reitoria advogou em favor de todos eles.

Solidariedade chega também de Uberlândia

A ADUFU – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – vem manifestar publicamente sua solidariedade aos docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, vítimas do programa de saneamento financeiro exigido pelos bancos credores. A Reitoria responsabilizou os docentes pelos gastos com a folha de pagamento, expressando assim sua compreensão dos direitos trabalhistas e da importância do fazer acadêmico. O sacrifício do corpo docente não se restringe à suspensão de salários e demissões, mas envolve revisão de contratos, com diminuição da carga horária e retirada de conquistas históricas da categoria, na lógica da reforma trabalhista e sindical já assumida pelo governo.

A diretoria da APROPUC tentou resolver o problema buscando todas as formas que pudessem fazer frente à situação. A Reitoria, contudo, fez prevalecer o seu poder patronal, sem levar em consideração a comunidade universitária. A ADUFU – Seção Sindical do Andes-SN, além de manifestar irrestrito apoio à luta dos companheiros, exige o fim das demissões, a readmissão de todos e o fim da punição dos docentes que ajudaram a construir o prestígio da instituição e soma-se ao conjunto de entidades que se posicionam pela liberdade de organização na defesa da educação universitária de caráter público e de qualidade.

Bento Itamar Borges
Presidente da ADUFU

A moção dos professores do Paraná

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional, vem manifestar publicamente a sua solidariedade aos docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em vista do sistemático ataque que os mesmos vêm sofrendo aos seus direitos por parte daquela instituição, a título de ajuste financeiro exigido pelos bancos credores.

As medidas não se restringem à suspensão de salários, mas envolvem a revisão de contratos, com diminuição de carga horária e retirada das conquistas históricas da categoria, na lógica da reforma trabalhista e sindical já assumidas pelo governo.

A Reitoria curva-se portanto à imposição externa e, com estas ações, tomadas de forma unilateral, pretende colocar os docentes como parte responsável pela precária situação econômica da universidade.

A diretoria da Associação dos Professores da PUC-SP tenta, de todas as formas, buscar soluções alternativas que, sistematicamente, são desconsideradas pela Reitoria.

Diante disso, a APUFPR-Ssind manifesta total apoio à luta dos colegas da PUC-SP e soma-se ao conjunto das entidades que defendem a liberdade de organização, na defesa da educação universitária de qualidade e de caráter público.

Claudio Antoni Tonegutti
Presidente da APUFPR-Ssind

Associações de trabalhadores manifestam repúdio às demissões

Nós, do Sindivários-SP (Federação Operária de São Paulo), filiados à COB (Confederação Operária Brasileira) viemos por meio desta nota manifestar nosso repúdio às demissões na PUC-SP e à forma como foram efetuadas.

Como estudantes e trabalhadores, presentes na luta do cotidiano estamos nos agilizandando para barrarmos tal ação unilateral e exclusivamente política no intuito de demitir funcionários e professores

ligados ao Movimento dos Trabalhadores na PUC e de luta contra a Privatização da Universidade.

Manifestamos nossa solidariedade para a imprensa e todo o conjunto dos trabalhadores.

SINDIVÁRIOS-SP - FOSP (Federação Operária de São Paulo) – COB (Confederação Operária Brasileira) ACAT (Associação Continental de Trabalhadores Americanos) – AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores)

Manifesto dos professores cassados

A crise da PUC não é de hoje, ela vem se arrastando por décadas e tem como principais responsáveis a Fundação São Paulo e as últimas Reitorias, já que as medidas que fizeram que a situação se agravasse até o limite do insustentável foram decididas e executadas de comum acordo entre as autoridades e mandatários que têm nos reitores, grão chanceleres e presidentes da Fundação São Paulo seus representantes maiores.

Esta constatação, no entanto, longe de atenuar as responsabilidades dos atuais dirigentes da universidade e da Fundação São Paulo, denuncia a opção por um modelo mercantilista de universidade. No limite, se considerarmos a PUC como uma universidade particular, se pode reconhecer o direito do proprietário em sanar suas dívidas e rentabilizar seu negócio. Entretanto, até aqui a PUC não era uma universidade como as outras particulares. A comunidade universitária puquiana buscou caminhos comunitários de gestão. A atitude atual da reitora Maura Vêras, do Grão Chanceler Dom Cláudio Hummes e dos dois outros secretários da Fundação São Paulo posteriormente nomeados como interventores, padre João Júlio Farias Júnior e padre José Rodolfo Perazzollo, ao se pautarem por critérios financeiros ditados pelos bancos credores – mesmo que estas medidas possam ser discutidas quanto à sua racionalidade econômica – eles derrubaram as últimas resistências em identificar o necessário processo de saneamento com a implantação de um modelo de gestão que não seja mercantil. Para implantar este processo, o proprietário da instituição (que no caso é a

Arquidiocese de São Paulo) tem se servido de um instrumento de perseguição política, uma vez que, na prática, os critérios de demissão e de readmissão não são transparentes a ponto de podermos considerá-los apenas de cunho acadêmico, como se deveria esperar de uma instituição universitária que era reconhecida pela sua autonomia. Sem falar que os procedimentos de dispensa estão eles próprios repletos de irregularidades, o que motivou dois processos coletivos.

Se para os dispensados tal momento pode significar a virada de uma página na própria vida, para os que ficam, docentes e discentes, o momento exige um claro posicionamento a propósito da PUC que se quer no futuro, já que ao se tornar uma universidade privada como as demais, fica muito difícil, por exemplo, justificar o uso de recursos públicos como o empréstimo que a Fundação São Paulo reivindica junto ao Governo Federal.

Além do mais, este processo de dispensa evidencia o esgarçamento das relações humanas e a quebra das práticas democráticas que até agora constituíram a excelência acadêmica da PUC, que outrora lutou pelos ideais de justiça, liberdade e inclusão social.

Aos que ficam e aos que chegam cabe perguntar se a melhor decisão é a defesa daquele projeto que constituiu a especificidade da PUC ou o pacto subserviente com este novo projeto marcado pelos interesses mercantis e pelas práticas autoritárias.

São Paulo, 06 de março de 2006
As professoras e os professores cassados

Professores da Unicamp divulgam moção de apoio

Os docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em assembléia da Adunicamp em 23 de fevereiro de 2006, votaram unanimemente uma moção de apoio à luta dos colegas, docentes da PUC-SP, afrontados com intervenção na autonomia de sua universidade e submetidos a processos de demissão sumária.

Preocupados com a qualidade de ensino e da pesquisa reconhecidos na PUC-SP, repudiamos os atos que vêm sendo praticados em nome do "enxugamento das finanças" e contra a vida acadêmica desta tradicional universidade.

Associação dos Docentes da Unicamp

Rola na rampa

Abaixo-assinado será entregue nesta terça-feira

Professores, estudantes e funcionários têm audiência marcada com o Grão-Chanceler da PUC, dom Cláudio Hummes, nesta terça, 11h, na Cúria Metropolitana, para a entrega do abaixo-assinado que já conta com mais de 1000 assinaturas e foi reproduzido nas páginas de O Estado de S.Paulo. Abaixo reproduzimos o texto do documento:

Manifesto em defesa da PUC-SP

É indiscutível o papel da Pontifícia Universidade Católica de SP no cenário da universidade brasileira. A história recente de redemocratização passa pela PUC-SP. Mas além de seu papel na história política brasileira, a PUC-SP teve e tem importante papel para a formação de quadros intelectuais no Brasil, para a pesquisa e a formação de profissionais e pesquisadores críticos e competentes, tão necessários em um país como o nosso. Nada disso poderia ser afirmado não fosse o quadro docente de reconhecida excelência, a estrutura colegiada e a vocação pública da instituição. Neste abaixo assinado manifestamos nossa certeza de que, mais uma vez, a PUC-SP e a Fundação São Paulo saberão encontrar soluções para a difícil situação da universidade; soluções que não a descaracterizem e garantam a continuidade e aprimoramento da excelência acadêmica e do espírito público e democrático que marcaram a PUC-SP e serviram de inspiração para toda a universidade brasileira.

APROPUC e Reitoria discutem demissões na Justiça

Ao encerrarmos esta edição estava estava programada uma audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho reunindo Reitoria e APROPUC para discutir as demissões efetuadas após a intervenção da Fundação São Paulo. O encontro foi resultado da petição de Dissídio Coletivo Jurídico protocolada pela associação em conjunto com o Sindicato dos Professores (Sinpro-SP), dois dias antes. Telegramas foram enviados pela Reitoria aos demitidos, orientando para que homologassem suas dispensas na data in-

dicada no documento. A APROPUC consultou seus advogados sobre o assunto, e esclarece que nenhum professor terá prejuízo de suas verbas rescisórias por não comparecer na data indicada, sendo o telegrama apenas uma forma de intimidação para que a homologação seja feita. Além disso, caso o professor decida por homologar a demissão, sua reintegração não estará assegurada caso o resultado do dissídio seja favorável. Uma nova reunião com os professores demitidos está marcada para segunda-feira, 13/3, às 17h.

Repúdio à perseguição política aos terceirizados na USP

A assembléia dos professores de 6/3, aprovou por aclamação a seguinte moção de apoio aos trabalhadores terceirizados da USP

"Está em curso a tentativa de demissão de mais de 100 trabalhadores terceirizados por parte da limpadora União (que presta serviço para 23 unidades da USP). Os trabalhadores estão sendo demitidos porque têm buscado ajuda do Sintusp para defenderem seus direitos.

Entre os pretensos demitidos estão os ex-funcionários da Dima (empresa que prestava serviço de limpeza para a USP no ano passado), pois no ano passado, com ajuda do Sintusp e do CDB, estes companheiros fizeram paralisações e ocuparam a Reitoria para que recebessem os salários atrasados, o vale-transporte, vale-refeição cesta básica e outros benefícios que a empresa não pagava, o que no final das contas obrigou a rei-

toria a romper contrato com a Dima por esta não cumprir com as mínimas obrigações trabalhistas.

A União quer demitir esses 100 trabalhadores como forma de fazer terrorismo, para impor medo nos que ficam e assim continuar atrasando salários, deixando de pagar vale-transporte, vale-refeição, cesta básica etc, sem ter ninguém para reclamar ou reagir.

Nós, abaixo assinados, repudiamos essa perseguição política aos trabalhadores da União; repudiamos o terrorismo expresso na tentativa de demissão dos mesmos. Nos solidarizamos com a luta dos trabalhadores da União em defesa dos seus direitos e dos seus empregos, e exigimos de Reitoria providências no sentido de impedir que estas demissões se concretizem.

Não à demissão dos trabalhadores que lutam pelos seus direitos!"

Novas contratações ainda dependem do Consun

O Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), reunido em 8/3, não avançou na discussão sobre novas contratações de professores, para substituir os que foram demitidos após a intervenção da Igreja. Os conselheiros decidiram que apenas serão abertos editais visando a substituição dos professores que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária, e dos que foram demitidos durante o primeiro processo de cortes, coordenado pelos departamentos em conjunto com a Reitoria. As decisões foram pautadas pelas deliberações da reunião anterior. O professor Douglas Santos lembrou que o Cepe havia aprovado, na reunião

do dia 24/2, que nenhum dos professores demitidos depois de intervenção seria substituído até que a situação fosse resolvida pelo Conselho Universitário. Por isso, tal posição foi mantida, já que na manhã do mesmo dia o Consun votou pela revogação das demissões. Um dos conselheiros observou ainda que seria constituída uma traição política, caso o Cepe trabalhasse na construção de editais, tendo em vista a decisão do órgão de deliberação máxima da universidade. Desse modo, o Cepe reafirmou seu apoio ao Consun, aguardando seu posicionamento a respeito das novas contratações.

Professores decidem próximos passos na luta contra as demissões

Reunidos em assembléia na segunda-feira, 6/3, os professores aprovaram novos encaminhamentos para o seu movimento. A professora Priscilla Cornalbas, presidente da APRO-PUC, relatou os procedimentos jurídicos que estavam sendo to-



FABIANASSIF

Professores discutem demissões na assembléia de 6/3

tomados pela entidade em conjunto com o Sinpro para reverter a situação dos professores demitidos.

A diretoria da entidade relatou também o resultado parcial do abaixo-assinado em defesa da PUC-SP, que até o momento contava com mais de mil assinaturas de políticos, artistas e docentes de todo o país, pedindo soluções para a crise que não descaracterizem a universidade. O texto,

junto com as assinaturas, foi publicado naquela segunda-feira, 6/3, no jornal *O Estado de S. Paulo*, e a assembléia decidiu pelo encaminhamento do documento à Reitoria e à Igreja.

Também foi lido em voz alta uma manifesto redigido pelos professores demitidos. (leia texto nesta edição).

Entre as propostas aprovadas constavam vários encaminhamentos para a assembléia

conjunta dos três setores, realizada na noite de quinta-feira, 9/3, além da aprovação do ato público no Tuca (veja cobertura completa destes eventos nesta edição).

Além disso, foi mantido o indicativo de greve e aprovado o pedido de que a Reitoria

entregue às chefias acadêmicas os nomes dos demitidos, explicitando também os critérios que redundaram nestas demissões.

Junto com os encaminhamentos jurídicos que a entidade vem promovendo a assembléia determinou que se faça uma representação junto ao Ministério Público.

Uma nova assembléia da categoria foi marcada para esta segunda-feira, 13/3, às 18h, na sala 333.

Cursos levam propostas às assembléias gerais

Entre segunda e terça-feira da semana passada, os Centros Acadêmicos da PUC-SP organizaram assembléias de curso reunindo diferentes propostas, que foram levadas para as assembléias gerais dos estudantes e dos três setores.

Variações do mesmo tema foram o foco de todas essas assembléias. Os CAs de Relações Internacionais, Ciências Sociais, Psicologia e Comunicação foram alguns que conseguiram reunir boa parte de seus estudantes para o levanta-

mento de propostas de ação frente a crise da universidade. O Centro Acadêmico Benevides Paixão, por exemplo, dentre todas as propostas levadas às assembléias gerais, foi responsável por uma inédita: campanha por eleições gerais.

Ato avalia erros e acertos do movimento

Depois da assembléia que levou mais de mil pessoas ao Tuca, estudantes, professores e funcionários retornaram ao teatro para fazer um balanço do movimento contra as demissões em massa e a intervenção da Igreja.

A discussão centrou-se na necessidade de unir a comunidade em torno de bandeiras comuns, cessando as disputas que marcaram a assembléia de 9/3. "Não é possível que alguém seja favorável à redução de bolsas, aumento nas mensalidades ou intervenção. E por que não conseguimos a unidade?", questionou o estudante Fábio Nassif, do CA Beneficentes Paixão, defendendo que é preciso saber dialogar com os estudantes da FEA e do Direito.

O professor José Arbex Júnior, do Departamento de Jornalismo, considerou que a intervenção da Fundação São Paulo e a mais recente lista de demissões traduzem apenas o início de uma crise, e não seu desfecho. "Esse processo expressa uma vontade de liquidar a universidade", avaliou, apontando que os salários previstos para novos professores não podem contemplar todas as atividades hoje compreendidas no contrato docente, como o preparo das aulas, a pesquisa e a própria qualificação contínua do professor. Arbex lembrou que a PUC-SP é uma das poucas universidades



No ato a discussão da crise da universidade

brasileiras em que há liberdade total de cátedra, e que aqui funciona um dos principais centros produtores de idéias ligadas à Teologia da Libertação. Assim, a intervenção pode ser também resultado de uma disputa ideológica no interior da Igreja Católica, numa investida de setores mais conservadores.

"O que a Igreja está tentando é retomar o controle da universidade, destruindo conquistas democráticas e trabalhistas", comentou o diretor da APROPUC Erson Martins de Oliveira. O professor defendeu que o movimento deve buscar a construção de uma greve pelo fim imediato da intervenção.

Ajuda do BNDES

Nasemana passada, o deputado federal Ivan Valente (PSOL) apresentou requerimento para que a Comissão de Educação da Câmara realizasse uma audiência para debater a crise da PUC-SP. "A idéia é reunir o ministro da Educação, representantes da Reitoria e da Fundação São Paulo e membros da comunidade", relatou no ato Marcelo Aguirre, assessor do deputado. O encontro pode discutir uma ajuda do BNDES à universidade. O pedido deve ser avaliado pela Comissão de Educação nesta quarta-feira, 15/3.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

✓ Crise da universidade

✓ Indicativo de greve

13/3 - segunda-feira

Sala 333 - 18h

A defesa do modelo conquistado pela PUC-SP

Hamilton Octavio de Souza

APUC-SP tem 60 anos de existência. Há cerca de 30 anos ela vem sendo administrada quase integralmente pelos professores, desde que a comunidade passou a eleger diretamente os seus reitores e que estes passaram a ser homologados pela entidade mantenedora, a Fundação São Paulo, e pelo grão chanceler da instituição, o arcebispo metropolitano de São Paulo. É claro que se trata de uma autonomia concedida e muito mais efetivada na prática do que no formalismo da lei e dos contratos.

Nesse período, apesar de se fiar na informalidade de boa parte dos entendimentos ocorridos entre entidade mantenedora e a mantida, a Universidade conseguiu desenvolver e consolidar um modelo próprio, diferente das universidades estatais e das demais universidades privadas, o qual lhe permitiu conquistar um conceito público positivo e um lugar efetivo – pela produtividade e inserção social – entre as melhores instituições escolares do Brasil.

O modelo da PUC-SP está assentado, entre outras coisas, num contrato de trabalho por regime de tempo que possibilita ao professor maior dedicação à Universidade, e um plano de carreira com acesso controlado pelos próprios professores. Além disso, professores e funcionários puderam agregar vários benefícios acordados ao longo dos anos, entre os quais o adicional por tempo de serviço, o chamado quinquênio, aplicado cumulativamente.

O modelo puquiano também está assentado no exercício concreto das liberdades de opinião, de expressão, de manifestação, de reunião e de cátedra. Ao longo dos anos o campus da PUC-SP serviu de espaço livre para todos os movimentos culturais, sociais e políticos da sociedade brasileira, praticamente sem restrições. Mesmo no período mais duro da ditadura militar, a PUC-SP abrigou encontros da UNE e da SBPC.

Da mesma forma, a liberdade de cátedra trouxe para a PUC-SP grandes professores e intelectuais como Florestan Fernandes, Maurício Tragtenberg, Paulo Freire, Perseu Abramo e Octávio Ianni, em momentos que até as universidades estatais lhes negaram abrigo. Na PUC-SP, de maneira geral, os professores conquistaram o direito de manifestar livremente suas opiniões, dentro e fora da sala de aula, e escolher a bibliografia que bem entender. O mesmo não acontece nas universidades privadas mercantis ou mesmo na maioria das universidades controladas por grupos religiosos.

O outro pilar do modelo sedimentado na PUC-SP é a existência de várias instâncias

acadêmicas, executivas e deliberativas, que atuam na gestão da Universidade – todas elas com a participação de professores, funcionários e estudantes eleitos pelo voto. Essas instâncias assumiram funções e tarefas – estatutárias ou não – que lhes permitem interferir diretamente na composição do quadro docente, no plano acadêmico e de carreira de cada professor, no sucesso e na qualidade dos cursos, no estabelecimento de normas e de medidas relativas à vida acadêmica, à produção do conhecimento e à vida universitária em geral.

Um exemplo disso é a própria contratação de professores: há muitos anos que a seleção e a aprovação de novos professores é feita pelo Departamento. Essa unidade básica da Universidade aperfeiçoou, com o tempo, os critérios de seleção e o estabelecimento de concursos com regras mais gerais, mas é a banca de cada Departamento que define quem entra e quem não entra na PUC-SP; e é também o Departamento que deve tomar a iniciativa de encaminhar para as demais instâncias a proposta de quem deve permanecer ou sair da Universidade, com base na área de conhecimento que o Departamento precisa (para fornecer os seus serviços aos cursos) e com base na dedicação e no desempenho de cada professor.

Onde nós erramos

De maneira geral e sintética, esse é o modelo construído por professores, funcionários e estudantes em muitos anos de embates internos na Universidade. Portanto, se considerarmos que a PUC-SP tem sido administrada pelos professores e conquistou grande autonomia nos últimos 30 anos, precisamos, evidentemente, diante de um quadro de crise como o atual, nos perguntar onde foi que erramos. Por que, onde, quando e como o nosso modelo não funcionou adequadamente e gerou desequilíbrio orçamentário e o ingresso da PUC-SP na ciranda financeira dos bancos? Ao encontrarmos as respostas para essas questões teremos também, pela lógica, as propostas mais adequadas para o enfrentamento da crise.

Nesse sentido, há muita polêmica sobre a origem da crise orçamentária: uns atribuem ao corte de verbas públicas que teria ocorrido ainda na ditadura militar; outros relatam a existência de desvios e desmandos administrativos durante os anos 80 causados por pessoas de má fé; e há ainda, certamente, os que consideram os problemas enfrentados pela PUC-SP como sendo originários na própria estrutura do modelo puquiano, que seria anacrônico e inviável num mundo dominado pela concorrência predatória e pelas leis do neoliberalismo.

Mesmo que essas três hipóteses tenham algum fundamento, prefiro acreditar que a crise da PUC-SP tem a ver principalmente com a gestão do modelo, na medida em que ele sofreu distorções que resultaram em primeiro lugar no desequilíbrio orçamentário e, na sequência, no questionamento dos pilares de sustentação do projeto PUC-SP. Ou seja, não é o modelo que está errado ou fora de época, mas foi a gestão – controlada pelos professores – que cometeu erros, os quais perfeitamente possíveis de correção. Admitir isso é o primeiro passo para a superação da crise.

Quais foram esses erros? Um erro evidente, que provocou elevação da folha de pagamento dos professores – acima do que deveria ter estabelecido a gestão correta do modelo – foi a liberalidade e descontrole com a ascensão ilimitada de professores às categorias mais elevadas do quadro de carreira acadêmica, em especial a de professor-associado e a de professor-titular. Se ao longo dos anos, a gestão da Universidade tivesse estipulado cotas por categorias, limitando esse acesso a percentuais do número total de professores de cada departamento, o impacto na folha de pessoal e nas planilhas de custo dos cursos teria sido outro, com certeza bem mais baixo do que aconteceu.

Da mesma forma, a contagem ilimitada de quinquênios, mesmo para quem já havia se aposentado, foi outra distorção e liberalidade na gestão da Universidade que contribuiu para a elevação dos salários e da folha de pagamento, e que só agora, recentemente, foi corrigida pela atual Reitoria. Mais um exemplo de erro de gestão – e não de modelo. Se os quinquênios tivessem sido interrompidos nos 25 e nos 30 anos, não teríamos dezenas de casos de professores recebendo 7, 8, 9 e até 10 quinquênios.

A responsabilidade de cada um

Além desses erros de gestão no plano de carreira, contribuimos também para a crise financeira da PUC-SP ao praticar uma gestão desatenta em muitos cursos sob a responsabilidade direta dos professores. Todos nós sabemos que as demandas sociais por determinados cursos flutuam ao sabor da valorização profissional, do mercado de trabalho, das novas tecnologias, das novas áreas do conhecimento, do modelo de desenvolvimento do País e até mesmo de modismos passageiros. Mesmo sabendo dessa flutuação das demandas, a PUC-SP permitiu que muitos cursos ficassem esvaziados, com pouca procura no vestibular e na matrícula, os quais deixaram de cumprir a sua função

continua na próxima página

social maior – que é formar pessoas para a sociedade.

É claro que vários desses cursos com pouca demanda acabaram pesando no orçamento da Universidade e geraram déficits cada vez maiores. A questão que se coloca para todos nós é a seguinte: Por que os coordenadores desses cursos, os chefes de departamentos, os diretores de faculdades e os órgãos colegiados da PUC-SP, não adotaram medidas rápidas e eficazes para mudar o destino desses cursos? Se um curso não é mais atraente, o desafio não é adotar medidas para torná-lo novamente atraente? Se a anuidade é alta demais para o seu público, não é o caso de torná-la mais acessível? Quais as campanhas feitas para conquistar alunos para os cursos com pouca procura no vestibular?

Mais uma vez está claro que o problema é exclusivamente de gestão, na medida em que muitos desses gestores – chefes, coordenadores, diretores, reitores – não souberam agir de forma eficiente na recuperação dos cursos sob a sua responsabilidade. Todos sabemos que o sucesso ou o fracasso de um curso depende de sua direção, incluindo a escolha do corpo docente, o projeto pedagógico, o conteúdo e a dinâmica das atividades curriculares e extracurriculares e, principalmente, o envolvimento dos alunos. É

claro que a qualificação do professor e a excelência acadêmica são fundamentais, mas só isso não garante o bom funcionamento de um curso, que depende – essencialmente – da presença de muitos alunos. Sem alunos não existe curso!

Acredito que a gestão correta dos cursos e do plano de carreira, com a adoção de medidas efetivas – ainda não tomadas – seja suficiente para restabelecer o equilíbrio orçamentário da PUC-SP, revitalizar as várias faculdades e permitir que a Universidade tenha recursos para investir na sua infraestrutura física, na sua atualização tecnológica e na produção de conhecimentos – através do ensino, da pesquisa e da extensão. Isso pode e deve ser feito sem alterar ou destruir o modelo construído ao longo de tantos anos e que ainda serve de referência para inúmeras instituições universitárias.

No momento em que a Fundação São Paulo e a Reitoria impuseram a demissão de professores e funcionários de cima para baixo, sem respeitar as instâncias de funcionamento da Universidade, praticaram uma violência contra a instituição, quebraram a autonomia e as regras do jogo. Mais do que isso, no momento em que a Reitoria passa por cima da Deliberação 65/78, que rege os contratos dos professores, e propõe a contratação por hora-aula ou valores inferiores aos dos contratos vigentes previstos no quadro de carreira, está ameaçando de morte um dos

pilares do modelo puquiano, exatamente aquele que assegurou o padrão de qualidade do ensino na PUC-SP.

A nossa mobilização, neste momento, deve estar centrada na defesa do modelo que construímos, com o diagnóstico correto de todos os seus erros, equívocos e distorções, e com propostas precisas para a sua correção – sem qualquer intervenção externa. A defesa do modelo significa defender os contratos e o plano de carreira dos professores; significa preservar todas as liberdades e os direitos de opinião e de manifestação, refutando as censuras e quaisquer formas de ameaças e perseguições políticas; significa estimular o debate amplo e democrático e o funcionamento autônomo de todas as instâncias da PUC-SP.

No quadro atual de desagregação interna generalizada e impasse institucional, a restauração das virtudes e qualidades do modelo puquiano passa, obrigatoriamente, pela realização de ELEIÇÕES GERAIS JÁ, que é o único instrumento capaz de legitimar a representatividade, fortalecer todas as instâncias da PUC-SP e indicar claramente qual o projeto de Universidade que nós queremos. A defesa da instituição deve ser colocada acima dos interesses pessoais.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor da PUC-SP.

Assembléia dos Funcionários

14/03 - terça-feira

sala 239 - 14h

- ✓ Campanha salarial
- ✓ Demissões
- ✓ Indicativo de greve